

Uma sucessão de erros

As irregularidades nos prédios do jornal são muitas. A cobertura do edifício principal, por exemplo, ainda que tivesse sido permitida à época (ao arrepio da lei, segundo ressalta um técnico da Administração de Brasília), não poderia ser liberada porque não tem rampa de acesso para deficientes físicos.

Mesmo que o governo quisesse, não poderia conceder o "habite-se" dos prédios porque agridem as normas do decreto federal de tombamento de Brasília. É obrigação do governo cumprir as determinações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), órgão vinculado ao Ministério da Cultura.

Apesar de funcionar durante todos esses anos em um prédio irregular – semelhantes a muitas das invasões que o jornal costuma denunciar –, o *Correio Braziliense* fez inúmeras tentativas de regularizar a situação de sua sede. E para tanto tentou até burlar a fiscalização. Em 1993, por exemplo, a empresa encaminhou à Administração um projeto que não previa a construção de cobertura. Segundo os técnicos, era o mesmo anterior, apenas com a parte relativa à cobertura retirada. Desta forma, o projeto foi aprovado. A empresa então construiu a cobertura irregular, como se quisesse demonstrar que pode fazer o que quiser em Brasília.

"A cidade está se descharacterizando", afirma Ernesto Silva, do Conselho de Preservação de Brasília. Segundo ele, os empresários fazem o que querem aqui, porque as autoridades não enten-

dem do assunto. O plano arquitetônico de Brasília, lembra ele, é rígido e as construções fora do padrão, como a do *Correio Braziliense*, podem levar a Unesco, órgão das Nações Unidas, a retirar o título de patrimônio cultural da humanidade concedido à cidade.

"O Conselho tem tomado providências, mas não é ouvido", reclama o médico e pioneiro. Falta, segundo ele, alguém com coragem para contrariar interesses e reverter o quadro de desrespeito às normas. "É difícil enfrentar a máfia de empreendedores", afirma. Ernesto Silva ressalta que fala como patriota e co-responsável pela construção de Brasília e não tem qualquer vinculação política ou com empresários.

O arquiteto Carlos Magalhães preferiu não falar ao *Jornal de Brasília*. Citado pelo jornal *Correio Braziliense* para denunciar várias agressões ao plano original de Brasília e arvorando-se em defensor da cidade, Magalhães evitou o assunto quando o jornal com quem mantém relações viu-se na posição de réu.

No mesmo terreno do SIG, o *Correio* manteve, até recentemente, um poço artesiano que retirava água do subsolo sem licença. Mesmo denunciando a presença de poços irregulares idênticos ao seu em áreas residenciais, o jornal adotou a máxima do "santo de casa não faz milagre": com o poço, fez uma substancial economia na conta dágua. Só após denúncia do *Jornal de Brasília*, no final do ano passado, o jornal entrou com um pedido para o funcionamento do poço.